

REGRA DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL PREVISTA NO REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (ARTIGOS 40 E 83 DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO)

Município: *Ribeira Grande*

Descrição		Dados do exercício de 2018
A- Receitas correntes cobradas brutas		17 985 041,01
B- Despesas correntes pagas		10 980 240,40
C- Saldo corrente ((A)-(B))		7 004 800,61
D- Amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo, conforme mapa do endividamento-empréstimos		1 207 686,67
E- Diferença ((C)-(D))		5 797 113,94
Controlo do cumprimento da regra de equilíbrio	5% das receitas correntes cobradas brutas em 2016 (art 40º, nº3, do RFALEI)	899 252,05
	Conclusão	Cumprimento

Artigo 40.º do RFALEI
Equilíbrio orçamental
1 — Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.
3 — O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em de determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
4 — Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

Artigo 83.º do RFALEI
Equilíbrio orçamental
Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.